

UMA MIRAGEM SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BAGÉ NO CONTEXTO RIOGRANDENSE E FRONTEIRIÇO

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica¹

A Ocupação do Território Fronteiriço

Fronteira, se bem entendida, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados.

Holanda (1995: 12-13)

O excerto do texto de Sérgio Buarque de Holanda, sobre o significado e o conceito de fronteira, juntamente com a leitura dos primeiros mapas produzidos sobre o continente do Rio Grande, pode nos auxiliar a compreender a importância histórica que o Estado do Rio Grande do Sul teve nas relações de expansão do território português no transcorrer dos séculos XVII e XVIII.

Esta leitura, ancorada nos atuais estudos historiográficos, revela que os estabelecimentos populacionais que se formaram nesta região, auxiliaram no expansionismo lusitano, bem como possibilitaram a constituição de relações próprias e peculiares no dimensionamento das demarcações de terras entre as coroas ibéricas.

Os estudos que abordam os processos de colonização do Estado do Rio Grande do Sul frequentemente relacionam a conquista e a ocupação do território de Rio Grande de São Pedro às pretensões expansionistas portuguesas, iniciados com a fundação, em 1680, da Colônia do Sacramento, na margem setentrional do Rio da Prata, em frente à cidade de Buenos Aires.

Essa expansão portuguesa desencadeou vários processos belicosos nas regiões fronteiriças, durante os séculos XVII e XVIII, que acabaram por definir a configuração geográfica do Estado do Rio Grande do Sul no limiar do século XIX.

Portugal aproveitando-se das condições incertas das fronteiras aqui existentes, como, também, das transformações propostas a partir do pensamento ilustrado do século XVIII, empenhou-se em impor, nas regiões de terras gaúchas, uma série de limites geográficos através de tratados internacionais.

¹ Universidade Federal do Pampa - Campus Bagé. Líder do Grupo de Estudos em Educação, História e Narrativas (GEEHN) Coordenador do Mestrado Acadêmico em Ensino - Unipampa/Bagé
alessandro.bica@unipampa.edu.br

O Tratado de Madri², datado de 1750, foi um dos primeiros e mais importantes acordos diplomáticos do século XVIII, onde as possessões portuguesas avançaram até a Região dos Sete Povos das Missões, provocando, assim, um dos primeiros confrontos em solo gaúcho, a *Guerra Guaranítica*³ que desafiou a ordem do dia, bem como, o *status quo* ibérico pelos Jesuítas e índios Guaranis.

Anteriormente, outro momento importante da expansão lusitana em terras riograndenses foi à fundação oficial do presídio Jesus-Maria-José, que deu origem à cidade de Rio Grande, em 1737, evento este que possibilitou os processos de concessões de sesmarias, complementando o projeto colonizador português nas Campanhas do Sul.

A consagração deste esforço lusitano para se assenhorear de boa parte da área que hoje constitui o Estado do Rio Grande do Sul foram estruturados e radicados no direito natural moderno do *uti possidetis* e acolhidos nos séculos seguintes. (Espírito Santo, 2006, p.35)

Neste processo colonizador, muitos fatores incorreram para o povoamento do território sul-rio-grandense, entre eles, destacam-se: *a ação e a presença de um grande número de padres Jesuítas, o surgimento dos aldeamentos, a catequização dos índios guaranis, a introdução do gado vacum, o desenvolvimento da pecuária, a ação dos bandeirantes paulistas*, estes fatores promoveram a interação entre homens – europeus, índios e negros – e a natureza, pródiga em rios e pastos. (Reichel, 2006).

Na afirmação de Ribeiro (1995, pág. 411): “*o motor fundamental [...] do Brasil sulino foi a empresa colonial portuguesa conduzida [...] com o propósito explícito de levar sua hegemonia até o rio da Prata*”. Com base nestas compreensões históricas, é possível afirmar que o processo de formação territorial rio-grandense se estabeleceu de maneira singular, produzindo um modo particular na ocupação deste espaço geográfico, bem como, no estabelecimento de relações

² O Tratado de Madri foi firmado em 1750 entre as duas Coroas Ibéricas. Também conhecido como Tratado de Limites visava demarcar as linhas fronteiriças entre as suas possessões coloniais. Em relação à América portuguesa, estipulava a troca da Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões. A execução do Tratado gerou uma revolta que ficou conhecida como a "Guerra Guaranítica", na qual uma parte dos índios missionários se negou categoricamente a entregar as suas terras ao rei português. Juntamente com outros fatores, a "Guerra Guaranítica" foi um dos motivos da anulação do Tratado. Muitos escritos e trabalhos acadêmicos têm sido produzidos sobre esta temática em livros de História Geral do Brasil e de História do Rio Grande do Sul. Sobre a temática em questão, ver: ARTEGA, Juan José. *Las consecuencias del Tratado de Madrid en la desarticulación de la frontera demográfica de la Banda Oriental. 1750-1761*. Montevideo: Archivo General de la Nación, 1999; CAPISTRANO DE ABREU, João. *Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1982. p.181; CORTESÃO, Jaime. *O Tratado de Madrid*. Brasília: Senado Federal, 2001, 2 tomos.; FERREIRA, Mário Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional*. Lisboa: CNCDP, 2001. GOLIN, Tau. *A fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002; 2004, 2 volumes; GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica*. Porto Alegre: Editora da Universidade; Passo Fundo: UPF Editora, 1998; SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981.3 vols. 3º vol. p.376, entre outros.

³ O conflito que se convencionou chamar de Guerra Guaranítica desenvolveu-se na segunda metade do século XVIII, no território dos Sete Povos da Banda Oriental do rio Uruguai. O processo histórico que veio desencadear esse confronto bélico encontra sua origem nos séculos XVI e XVII. Momento em que se faz necessário definir os limites que cabiam às nações ibéricas na América. Apesar das várias tentativas de dar uma solução ao problema, nenhuma delas alcançou o objetivo desejado pelas cortes ibéricas.

sociais, econômicas e culturais únicas que fizeram do Estado do Rio Grande do Sul um locus diferenciado nos séculos seguintes.

No caso específico do espaço geográfico da região da Campanha, no qual se localiza o município de Bagé, a ocupação tem sua gênese através das estâncias estabelecidas pelos jesuítas espanhóis e imigrantes lusitanos no transcorrer do século XVII e XVIII. Estas regiões formam a chamada “fronteira seca” do Estado do Rio Grande do Sul, devido à existência de linhas demarcatórias imaginárias.

A Coroa Espanhola preocupada em impedir os avanços lusitanos na região das fronteiras gaúchas, edificou várias fortificações, como a construção do Forte de Santa Tecla em janeiro de 1774, na região próxima ao município de Bagé. O historiador João Antonio Cirne escreveu em 1897, no Almanak do Rio Grande do Sul, o seguinte relato⁴, sobre os apontamentos históricos do povoamento do município de Bagé:

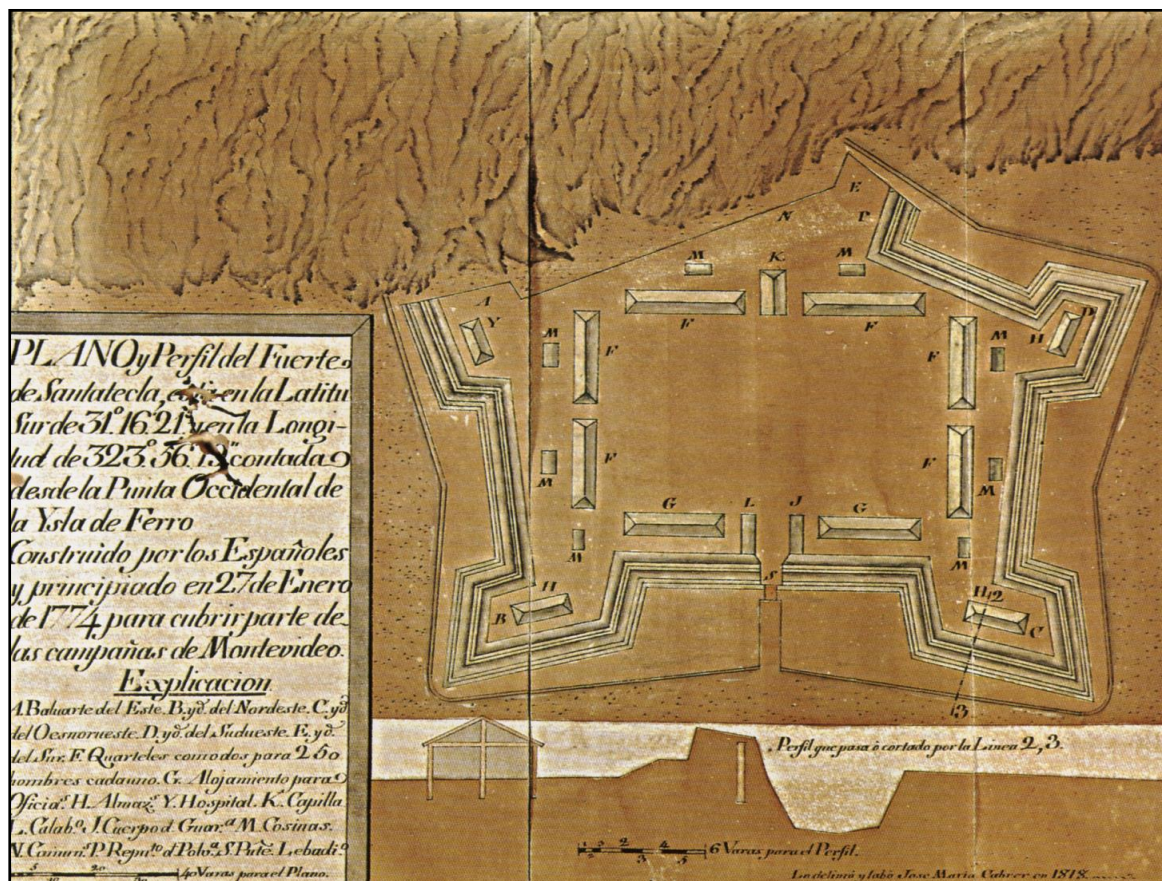
[...] quando Portugal e Hespanha se ventilava a questão de limites das possessões americanas das duas nações, o general hespanhol D. João José Vertiz e Salcedo, vice-rei de Buenos Aires, marchou á frente de um exercito de cinco mil homens, com o propósito de conquistar todo o territorio desde a Colonia do Sacramento até o forte portuguez de Rio Pardo, e chegando ás cabeceiras do Rio Negro, escolheu uma posição vantajosa sobre a cochilia entre as principaes vertentes do dito rio e as do camaquam, Jaguarão e Ibicuhy, e neste ponto culminante traçou e fez construir uma fortaleza, a que o nome da virgem martyr Santa Thecla. Era o ponto mais avançado na frontera castelhana.

Ademais, a construção do Forte de Santa Tecla está intimamente ligada à história das expansões castelhanas em território gaúcho, as guerras fronteiriças e as disputas bélicas pelo espaço geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, bem como, ao início da ocupação do território que originará o município de Bagé, no limiar do século XIX.

Outro fato importante, sobre a história do Forte de Santa de Tecla, é que no limiar destas guerras fronteiriças e territoriais muitos historiadores apontam que a conquista do Forte pelas tropas portuguesas lideradas por Rafael Pinto Bandeira no ano de 1776, promoveram a manutenção do território português em solo rio-grandense no final do século XVIII.

⁴ Em todas as citações transcritas de jornais e/ou outros documentos de época preservaram-se a linguagem usada para dar ao leitor uma visão mais acurada dos textos.

Imagem 01 – Imagem do Forte Santa Tecla



Fonte: GOLIN, 2002, p.392. Rio de Janeiro: Mapoteca do Itamaraty.

O Forte de Santa Tecla (Bagé). Plano y perfil Del Fuerte de Santa Tecla, está em la latitu Sur de 31°16'21", y em la Longitud de 323°56'19" contada desde la Punta Occidental de la Ysla de Ferro. Construido por los Españoles y principiado en 27 de Enero de 1774 para cubrir parte de las campañas de Montevideo. 1786.

José Maria Cabrer, demarcador do Tratado de 1777.

Logo, é possível compreender que estas regiões denominadas de fronteira seca foram se constituindo historicamente como espaços de lutas territoriais entre as coroas de Portugal e Espanha. Especificamente em relação à região da campanha, Reichel (2006, pág. 49, 50 -51), traz a seguinte consideração:

[...] o espaço da campanha, com sua população e riqueza pecuária, viu-se envolvido diretamente nessa disputa travada entre portugueses e espanhóis. Participou de escaramuças, sitiamentos, confiscos de mercadorias, contrabandos, formação de milícias, que se tornaram uma constante na região. [...] A disputa pelas terras da zona de fronteira intensificou-se, pois a riqueza ganadeira dessas era enorme. As duas coroas militarizaram a área, construindo fortes, destacando milícias de soldados e guardas de fronteiras. [...] Essa era a situação vivenciada pelos homens e mulheres que habitavam as terras localizadas na divida do Rio Grande do Sul com o Uruguai e com a Argentina. Eles experimentavam a fronteira nos seus dois sentidos: o de linha que separa e o de zona que aproxima.

A afirmação de Reichel corrobora na compreensão que na região de fronteira, seus habitantes fossem eles, portugueses, espanhóis, jesuítas ou índios vivenciaram durante todo o século XVIII, o espelhamento das relações diplomáticas, bem como foram incluídos nos processos das disputas territoriais.

Estas escaramuças diplomáticas tentaram ser resolvidas novamente pela efetivação do Tratado de Santo Ildelfonso (1777)⁵, neste tratado o Estado português perdia os territórios localizados na região dos Sete Povos das Missões e da Colônia do Sacramento, mas por outro lado, passava a ocupar a região dos Campos Neutrais, banhada pelas lagoas Mirim e Mangueira, onde se localizavam as atuais cidades de Santa Vitória do Palmar e Chui, e a partir de então, promovendo uma maior e mais efetiva ocupação lusitana nas terras gaúchas.

A chegada do século XIX trouxe mudanças substanciais para o alargamento das fronteiras portuguesas no extremo-sul do País, isto é, mesmo com o estabelecimento dos novos limites em 1777, as belicosidades entre os homens que habitavam as terras rio-grandenses não cessaram e os estigmas dos conflitos permaneciam, pois segundo Ferreira (1974, p.60): *Se ao menos a nova fronteira trouxesse consigo o respeito e a paz entre os habitantes desta parte do continente, [...] Além, disso, a paz tão desejada [...] foi de curta duração.* Neste cenário, percebe-se, que no início do século XIX, a assinatura do Tratado de Badajoz (1801), possibilitou que Portugal efetivasse e definisse suas fronteiras no Estado do Rio Grande do Sul, como se pode observar abaixo:

⁵ Sobre a importância do Tratado de Santo Ildelfonso na definição das fronteiras lusitanas em terras rio-grandenses, FERREIRA (1974, p. 57), traz o seguinte comentário: “Esse tratado, enormemente lesivo aos interesses brasileiros, não foi levado em consideração pelos rio-grandenses. [...] O período de Paz, sobrevivendo ao Tratado de Santo Ildelfonso, foi benéfico ao desenvolvimento econômico da Capitania, estabilizando a população que, em parte, vivia meio nômade, segundo os azares da guerra e as oscilações das raias fronteiriças.

Para reforçar a idéia da efetiva ocupação portuguesa na região da Campanha, o governo imperial promoveu a invasão da “Banda Oriental”⁶ em 1811 e 1816, com o objetivo específico de expandir seus territórios sobre boa parte da região do Prata, na afirmação de Reichel (2006, p. 57): *O governo imperial português, [...] enviou tropas por terra e mar para atacar a Banda Oriental. As terrestres invadiram o território vizinho pela Capitania de São Pedro, [...] e acamparam junto à Fronteira Oeste.*

Neste contexto, os documentos oficiais e os historiadores bageenses apontam que a incursão militar realizada no ano de 1811, pelo português Dom Diogo de Souza, deu origem a fundação da cidade de Bagé.

Ademais, a própria história da fundação do município confunde-se em muito aos interesses expansionistas, militares, políticos e econômicos, no transcorrer do período imperial e no período da República Velha. Sobre o momento inicial da formação do território de Bagé, o historiador Atila Taborda (1959, p. 10) faz a seguinte afirmação:

Em princípios de 1811 acampou D. Diogo na região que correponde hoje ao município de Bajé. Dividiu o seu exército de observação em três colunas, sendo a primeira, que estacionou à margem direita do arrôio, nas proximidades dos cerros desta cidade, comandada pelo Gal. Manoel Marques de Souza. Nêste interim, apresentava-se o ensejo para a realização dos sonhos de conquista de D. Joao VI e D. Diogo. É que Buenos Aires independente envía uma declaração de guerra [...]. Em julio de 1811, o Gal. D. Diogo de Souza, move-se desta região com suas tropas e invade o Estado Oriental numa verdadeira marcha triunfal de vitórias sucessivas. [...] E foi daí, desse histórico acampamento de destemidos soldados luso-brasileiros, que surgiu está simpática cidade de Bajé, merecidamente chamada de “Rainha da Fronteira”.

Ainda sobre ao início do povoamento do município de Bagé, Eurico Jacinto Salis (1955, pág. 34 - 36) traz a seguinte consideração:

No ano de 1812, desenvolvia-se o novo núcleo de Bagé, nascido de um acampamento militar, [...] a população já possuía arraigados sentimentos religiosos [...]. Numa ação de profundo sentimento religioso [...] e em procissão transportam para a nova freguesia a preciosa imagem de S. Sebastião, talhada em madeira, com olhos amendoados, estilizando bela feição íncola e depositaram em um rancho, característico dos pampas sulinos, dos muitos que existiam no acampamento de Dom Diogo [...]. Construíram então, no local onde se acha a histórica matriz de S. Sebastião, a primeira capela de grande dimensão, feita em torrões de barro e coberta com capim santa-fé. [...] em 1814, a freguesia foi elevada à condição de curato, [...].

⁶ A expressão “Banda Oriental” era usada para definir a região da Cisplatina nas três primeiras décadas do século XIX, após as derrotas das campanhas separatistas de José Artigas na década de 1820 e a invasão portuguesa em 1816, recebe o nome de Colônia Cisplatina, pertencendo até o ano de 1828 ao território português. (REICHEL, 2006).

Percebe-se através deste texto, que a questão da religiosidade foi também uma tônica no processo de formação do município de Bagé, este fato pode ter relação direta e/ou indireta pelas características adversas vivenciadas pelos habitantes da campanha neste período e pela preocupação com o estigma que se tinha do Gaúcho, um homem sem lei e religião, como afirma Gutfreind (2007)⁷: *habitados a uma vida independente e andarilha, os gaúchos representavam uma classe rebelde, responsável pelos crimes sociais para os proprietários de terra e do gado.*

Ademais, a religiosidade sempre foi um traço importante no processo colonizador português desde os tempos do Brasil Colônia, este processo tinha o caráter educativo e pedagógico, além de ser o amálgama dos interesses lusitanos em relação à necessidade de civilizar também os “selvagens” da Província de São Pedro do Sul. (Piccolo, 1992; Dreher, 2007 e Saviani, 2008).

Logo a ocupação do território fronteiriço e a formação do município de Bagé, durante todo o século XIX, obedeceu a uma lógica da organização urbana das cidades que se localizavam nas regiões que viveram as transformações advindas das guerras territoriais ocorridas nos séculos anteriores.

Ainda sobre os aspectos das guerras que ocorreram nos territórios da fronteira gaúcha, destaca-se a Guerra da Cisplatina⁸ que pode ser definida como a consequência da disputa do território da Banda Oriental entre o Império Brasileiro e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Iniciou-se em 1821, ano da anexação oficial da Banda Oriental ao território brasileiro com o nome de Província Cisplatina, em 1825 temos a declaração de guerra das Províncias Unidas ao Império Brasileiro e encerrando-se em 1828, quando dos tratados de paz entre o Império e as Províncias Unidas com a formação da República Uruguiaia.

Particularmente, este conflito teve consequências devastadoras para o município de Bagé, sendo seu território invadido pelas tropas do General e Ministro da Guerra argentino Carlos Maria de Alvear, como comenta Ferreira (1974, p. 86-87): *Alvear tomou a ofensiva, penetrando no território rio-grandense por Bagé, passando por São Gabriel, marchou na direção de Cacequi.* Ainda sobre este acontecimento Taborda (1955, p. 12) traz o seguinte relato:

Por ocasião da guerra Cisplatina, Bajé viveu dias de verdadeiro pavor, quando da invasão do exército uruguaio-argentino, sob o comando do Gal. Carlos Maria de Alvear. As maiores infâmias foram cometidas, desde o sangue vergonhoso, o assassinio covarde, até a violação dos lares, a torpeza

⁷ Não temos como objetivo deste trabalho, historicizar a questão do gaúcho e suas especificidades locais e/ou regionais, mas compreender o processo de formação do município de Bagé.

⁸ Especificamente sobre algumas especificidades da Guerra da Cisplatina, ver: MIRANDA, Marcia. **A Estalagem e o Império: Crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006; PEREIRA, Aline Pinto. **Domínios e Império: O Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na Construção do Brasil**. Dissertação de Mestrado em História, UFF, Niterói, 2007 e LAURENZANO, Cristina Mayra. **Os Conflitos Platinos e a Formação do Estado**. Dissertação de Mestrado em História Social, UEL, Londrina, 2008, entre outros escritos.

do desrespeito às famílias. Mas foi aqui, também, que esse indigno general sofreu a maior derrota. Foi aqui em Bajé que esse réles e ousado aventureiro encontrou uma jovem digna, que o enfrentou corajosamente, jogando-o à lama do chão, sem piedade para fugir depois pelo acampamento afora, [...] Foi esta sem duvida a maior derrota de Alvear, porque as suas vitórias não as alcançava no campo da batalha, mas na satisfação dos seus instintos, na rapina, no saque, no opróbio, no desrespeito à dignidade humana.

Sendo assim, os acontecimentos transcorridos entre os anos de 1811 e 1846, que marcam a fundação do município de Bagé em 1811 e a elevação à condição de Vila, respectivamente, são ainda, grandes lacunas históricas no processo da construção das narrativas⁹ que marcam a vida da cidade.

Neste sentido, o processo de urbanização das regiões de fronteira e particularmente da cidade de Bagé, ocorreu principalmente devido aos desdobramentos políticos e acontecimentos econômicos durante todo o século XIX, visto que nestas regiões, a sociedade refletia no seu imaginário uma sociedade guerreira e militarizada do século XVIII e as aspirações econômicas da nascente elite sul-rio-grandense que irá se estabelecer no século XIX.

Sobre o processo de urbanização ocorrido na fronteira do Rio Grande do Sul, durante o século XIX e a formação das cidades nestas regiões, Ramos (2006) traz o seguinte relato:

O alargamento do território para o sul e para oeste e a fundação de povoados, capelas e vilas estão vinculados à expansão desejada pelos luso-brasileiros e à incorporação de tais espaços como resultado dos tratados coloniais que se estabeleceram ainda no período colonial. A importância das cidades na fronteira oeste está exatamente na necessidade de povoar esses espaços, garantindo efetivamente a posse de tais lugares ao Império brasileiro.

Neste mesmo texto, Ramos (2006, p. 442 - 443), ao relatar o processo de desenvolvimento e ocupação das cidades localizadas na fronteira oeste, bem como, sobre os aspectos econômicos, culturais e sociais ocorridos nestes movimentos urbanos, traz os seguintes comentários sobre a cidade de Bagé no século XIX:

A nascente povoação foi elevada a vila em 1846 e a cidade 13 anos depois, em razão de sua considerável expansão. Quanto ao aspecto urbano, Bagé apresentava-se bem urbanizada com suas 33 ruas, cinco praças e mais de mil casas, [...]. *Apesar*

⁹ O conceito usado neste sentido tem como objetivo evidenciar a importância das narrativas históricas na construção da escrita da História, isto é, entendemos a expressão “*narrativa histórica*” como um processo que permite articular o historiador e seus objetos de pesquisa, neste sentido, é preciso levar em conta também que o ato de relativizar a verdade, foi uma conquista significativa para a historiografia. As narrativas históricas contemporâneas não podem perder de vista certa busca pelo verdadeiro. A historiografia pode e deve ser concebida como um movimento constante de releituras do passado, compreendidas como reinterpretações do passado que são passíveis de perdas, equívocos e revisões. Sobre este assunto, sugere-se a leitura de CERTEAU (1982), HOBBSAWN (1998) e LE GOFF (2003).

da ocupação militar em seu nascedouro, a atividade econômica de Bagé estava concentrada na pecuária e na charqueada. O processo de urbanização era, então, ampliado na medida em que esses grandes proprietários deslocavam-se para o espaço urbano, erguendo ali suas casas, em especial na rua Sete de Setembro. Tais prédios, assobradados ou não, eram um atestado da riqueza. As famílias dos fazendeiros, entretanto, continuavam morando no interior e a casa da cidade era usada por ocasião das festas religiosas do Divino Espírito Santo ou de São Sebastião, padroeiro da cidade. A essa sociabilidade de caráter religioso juntava-se a desenvolvida pelos comerciantes, que, dada sua importância e poder econômico, construíram o Clube Comercial e o teatro para peças teatrais, bailes e festas sociais e em cujos espaços as elites locais costumavam se reunir. (grifos nossos)

Sendo assim, compreende-se que apesar da incursão militar que promoveu a ocupação do território do município de Bagé, a partir dos anos de 1811, o desenvolvimento urbano, cultural e social esteve intimamente ligado aos aspectos econômicos da pecuária e da produção charqueadora, como também pelo surgimento do comércio, obedecendo a uma lógica estrutural e as dinâmicas econômicas recorrentes no processo de formação do território rio-grandense durante o século XIX, principalmente nas regiões fronteiriças.

Muitos pesquisadores estabeleceram conceitos sobre o termo “fronteira”, mas recorremos a Souza (1995, p.154) para compreender esta dinâmica particular do espaço entre Brasil e Uruguai:

[...] a fronteira é vista não somente como a extensão dos limites, mas como uma área de interação, de interdependência e de complementaridade. Espaço quase sempre preenchido por extensos campos, apropriados em sua grande parte pelos latifundiários, e com um sistema peculiar de cidades vizinhas, muito próximas, cuja base econômica foi sempre a troca assimétrica de bens, serviço e homens.

Existia uma singularidade na organização interna deste espaço em relação às trocas. Os fluxos eram típicos de uma produção baseada na pecuária extensiva, onde as tropas de gado se deslocavam ora para abastecer os saladeiros uruguaios, ora para as charqueadas rio-grandenses. Este fluxo de homens e mercadorias nos obriga a aprender este espaço levando em conta a porosidade fronteiriça.

Desta forma, compreende-se que na constituição do cenário urbano e econômico bageense, estes desdobramentos e pressupostos culturais e sociais foram fundamentais na constituição de uma sociedade balizada pelo elemento das relações fronteiriças.

As raízes e econômicas do município de Bagé nos séculos XIX e XX

Os preparativos agitavam braços e vaivém de homens. Carrinhos salgados de sal se derramavam no monte farto e branco que clareava alto num canto da salga pronto para ser lequeado pelas pás ágeis dos salgadores. [...] Os tanques limpos, cheiros de salmoura, borbulhavam bem dosados. [...]

Azeitava-se zelosa-mente o guincho a vapor que arrastava os animais amedrontados para o sacrifício. Taravam as balanças. [...] As facas de dois gumes, com que desnucavam as reses, sobre a parede alta da mangueira, ao alcance da mão do desnucador. A instalação elétrica, revisada [...] O nível da água, cuidado.

(WAYNE, 1982: 35-36).

Imagem 02 - Charqueada Santa Thereza de Bagé



Fonte: Acervo Centro Histórico e Cultural Vila de Santa Thereza

De fato, a formação histórico-econômica do Estado do Rio Grande do Sul tem suas origens na doação de sesmarias e na formação de estâncias no século XVIII e no estabelecimento da indústria saladeiril durante o século XIX, as conseqüências deste processo de ocupação das terras rio-grandenses relegou por muitas vezes ao Estado gaúcho, uma posição de fornecedor de produtos primários agrícolas e de pecuária, tais como, o charque e o couro para outras províncias, como também para o mercado externo durante todo período Imperial e durante algumas décadas da República da história brasileira.

Para Zarth (2007), este processo de ocupação originou uma alta concentração fundiária das terras gaúchas, que associadas à baixa densidade demográfica, aos problemas de abastecimento e da vulnerabilidade de nossas fronteiras, acabou por gerar discursos favoráveis à uma redistribuição de terras, no desenvolvimento das pequenas propriedades e no processo de extinção da escravidão. Porém, o maior entrave para a efetivação destes discursos durante o período Imperial brasileiro, foi à resistência do setor político ligado aos latifundiários e pecuaristas gaúchos.

De certo, os processos políticos e sociais desencadeados durante todo o século XIX no Brasil, e particularmente no Estado do Rio Grande do Sul, provocaram mudanças substanciais nas relações econômicas e nas dinâmicas sociais no findar do século XIX no Rio Grande do Sul. Estas mudanças podem ser associadas ao processo de enfraquecimento da indústria saladeiril, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, a manutenção da produção pecuária e agrícola, ao incentivo à imigração européia, ao desenvolvimento urbano e aos discursos de modernidade pelos republicanos.

Logo, ao final do século XIX, o Estado do Rio Grande do Sul sofria com a crise da economia baseada na grande propriedade rural, na pecuária e nas charqueadas, agravada em muito pela imobilidade de seus representantes políticos em relação aos políticos de outras regiões brasileiras, prejudicando assim, os interesses econômicos gaúchos.

Paralelamente a estas questões, ganham força política e econômica as regiões de imigração européia no Estado do Rio Grande do Sul, com suas produções baseadas na pequena propriedade rural, na policultura e no capital comercial. Este dinamismo produtivo encontrado nas regiões de imigração proporcionava a exportação de vários artigos para outras regiões brasileiras. Este fato originou o enfraquecimento político e a perda da supremacia econômica dos pecuaristas, visto que, as relações econômicas tradicionalmente ligadas à grande propriedade e ao mercado interno brasileiro perdem espaço para uma nova ótica trazida pela República.

Neste sentido, é preciso compreender que os processos históricos de ocupação do Estado do Rio Grande do Sul produziram uma formação social peculiar em relação ao Brasil, não somente por sua importância político-militar, mas também pelo seu status econômico. Essas características produziram uma estrutura fundiária única e um sistema econômico diferenciado no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Esta afirmação é descrita por Mertz (2007, p. 203-204):

A sociedade que se formou nesse território constitui uma formação social peculiar no Brasil, não somente por ter sido a única e verdadeira fronteira político-militar do país até o início do século XX, como também por ter construído uma estrutura fundiária *sui generis*. Isso porque, além de ter possuído uma área de pastagens naturais que cobria originalmente 70% do se território e que deu origem aos grandes latifúndios da pecuária de exportação [...] Desse modo, como resultado dessa estrutura fundiária, sobressaíram-se na economia agrária gaúcha da República Velha (1889-1930) três sistemas agrários distintos: o primeiro e o mais antigo assentou-se na pecuária extensiva, baseada no latifúndio; o segundo desenvolveu-se a partir da imigração e teve por base a agricultura familiar policultora e a pequena propriedade; o terceiro sistema desenvolveu a agricultura comercial do arroz, baseada no arrendamento da terra dos pecuaristas.

A leitura deste excerto subsidiada pelas obras de Pesavento (1980, 1988, 1993), nos ajuda a compreender o panorama econômico gaúcho da Primeira República Rio-Grandense, e conseqüentemente o processo de modernização pelo qual a sociedade e a economia deveriam passar, ou seja, o rompimento com suas raízes oligárquicas, escravistas, clientelistas e latifundiárias.

Segundo Corsetti (1998), no caso do Rio Grande do Sul, esse processo de modernização se constituiu na expressão da modernidade republicana, logo este movimento configurou-se também como projeto político do PRR, neste sentido o governo estadual procurou organizar e introduzir reformas para o desenvolvimento econômico gaúcho, com o claro objetivo de diversificar a economia e ter o total controle sobre a economia no Rio Grande do Sul.

Uma das preocupações iniciais do PRR foi à questão da estrutura tributária em relação à estrutura fundiária presente no Rio Grande do Sul. No projeto republicano, um dos primeiros passos a ser realizado era modificar as estruturas arcaicas e primitivas da cobrança de impostos, pois, na visão republicana quando se pretende modernizar uma sociedade, sua economia deve ser tornar mais complexa como também sua estrutura tributária. Esta afirmação pode ser observada nas palavras de Targa (2007, 249-250):

Em outros estados do Brasil republicano, tal como no Rio Grande do Sul, os três principais argumentos invocados para justificar uma reforma fiscal e a substituição do imposto sobre as exportações pelo imposto territorial eram as seguintes:

- a) Libertar o tesouro do estado da dependência de um imposto cujas receitas eram instáveis, pois repousava sobre um único produto, cujo preço, além disso, era fixado por mercados externos à região;
- b) promover a diversificação da produção agrícola, expandindo, assim, a pauta de produtos exportáveis, e com isso, reduzir a dependência da geração da renda interna do desempenho de um único produto;
- c) forçar as propriedades rurais ociosas a produzirem ou a dividirem-se.

Contudo, estas reformas econômicas planejadas pelo PRR, produziram conflitos políticos no Estado do Rio Grande do Sul, que podem ser traduzidos por dois projetos econômicos antagônicos presentes na Primeira República, segundo Fonseca (1993)¹⁰, de um lado, o projeto dos pecuaristas que tentavam especializar a economia com a pecuária de exportação e reivindicavam uma política protecionista para o charque gaúcho, e de outro lado, o projeto do PRR, que tinha por objetivo tornar a economia regional forte, menos dependente e vulnerável da lógica de exportação de produtos.

¹⁰ Sobre estes conflitos ver a obra de FONSECA, Pedro César D. **A Revolução Federalista: uma interpretação**. In: ALVES, F. [et alli...] (org.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: FURG, 1993.

Porém, como afirma Targa (2007) o Imposto Territorial apesar de sofrer modificações em alguns momentos e ser muito criticado pelos pecuaristas da região da Campanha¹¹, pelos arroteiros e também pelos colonos da região de imigração, foi sem dúvida nenhuma durante o período da República Velha no Rio Grande do Sul, o grande responsável pelo impedimento das crises de abastecimento, como no aumento do custo de vida e demonstrando um comportamento administrativo público por parte do Governo Estadual que até então, não se conhecia em nenhum outro Estado da Federação Brasileira.

A obra de Dalmazó (2004) é extremamente importante para compreender as dinâmicas e as relações econômicas da Primeira República Gaúcha, segundo este autor, durante a República Velha a economia gaúcha viveu dois períodos distintos: o primeiro abrangeu a última década do século XIX até o término da Primeira Guerra Mundial e o segundo período iniciou-se na década de 1920 e caracterizou-se pela intensificação do processo de integração da economia regional com as demais regiões do País e com o Exterior.

Dalmazó (2004) defende a idéia que a pecuária e as charqueadas passaram todo o período da Primeira República em crise, diante da oscilação de preços e da concorrência, apesar das transformações tecnológicas introduzidas no manejo dos campos e nas lides da criação bovina, nas charqueadas e nos transportes, até mesmo na fase mais avançada da modernização, que ocorreu com a instalação das primeiras indústrias frigoríficas na década de 20 do século passado.

Ainda sobre este assunto, Dalmazó (2004, 54), comenta:

Cabe lembrar que a pecuária-charqueada-frigorífico sofreu uma crise que se arrastou no tempo, mas resistiu e manteve-se como principal atividade da economia regional, assentada nas suas vantagens locais, apesar dos entraves no sistema de transporte ferroviário, precário e oneroso, e na barra obstruída para acesso de navios de grande calado.

Portanto, a evolução econômica das relações de comércio no Rio Grande do Sul, no período de 1889-1930, foi à expressão do desenvolvimento e das modificações da economia regional. O processo de incremento da pecuária-charqueada-frigorífico e da lavoura colonial foi fundado com características exclusivas em relação às demais regiões do Brasil, que configuraram a formação de uma diversificação social e econômica na economia do RS.

¹¹ Interessante é a análise feita pelo mesmo autor, em relação ao pagamento do Imposto Territorial, segundo ele: *“De fato, a parcela do Imposto Territorial recolhido na zona da pecuária tradicional era maior que a recolhida nas outras três regiões juntas. [...] no ano de 1914, um contribuinte da zona de colonização alemã pagava em média 7 mil contos de réis, o da zona italiana pagava 5 mil réis, o da zona arroteira pagava em média 14 mil réis e o da pecuária 35 mil réis.* Este fato corrobora na compreensão de que na região da Campanha houvesse as maiores hostilidades políticas ao PRR e que estas representaram durante todo o período da Primeira República uma preocupação constante na manutenção de políticos fortemente ligados aos preceitos políticos do Castilhisismo-Borgismo.

Sandra Pesavento, em sua obra: *A Burguesia Gaúcha: Dominação do Capital e Disciplina do Trabalho* (1988) discute a formação e a afirmação do empresariado industrial no Rio Grande do Sul no período da Primeira República e como estes grupos assumiram características capitalistas e burguesas no desenrolar do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Neste sentido, interessante é a descrição realizada sobre a Charqueada Santa Thereza¹² de Bagé, onde Pesavento (1988, 59-82) analisa algumas das ações empresarias que ultrapassavam o espaço da empresa saladeiril e compunham uma ótica de submissão do trabalho ao capital:

Na Charquada Santa Thereza, do Visconde de Ribeiro de Magalhães estabelecida em Bagé, funcionava na primeira década do século, um colégio misto para 60 alunos, sendo o professor pago pela Intendência Municipal. [...] Em uma biografia feita sobre o Visconde, há referências de que o empresário havia, estabelecido hospital de caridade, farmácia, restaurante popular, escola e armazém, e teatro onde se realizavam exibições cinematográficas. [...] No ramo do beneficiamento da carne, a propriedade de Visconde Ribeiro de Magalhães (Charquada Santa Thereza) apresentava, já em 1909, casas de material construídas para abrigar o pessoal do estabelecimento, que se elevava a 894 pessoas (operários e suas famílias), bem como uma capela para atender as necessidades de culto.

A partir deste fragmento de Pesavento, observamos que mesmo com a crise estabelecida nas charqueadas, no período da Primeira República, a Charqueada Santa Thereza conseguiu manter a “dominação do capital sobre o trabalho” associando práticas assistencialistas com um fim de dominação do trabalho humano.

Ainda sobre este assunto, Pesavento (1988) argumenta que os empresários eram considerados pelo Governo Estadual como parceiros no processo de alianças do PRR, numa justificativa ideológica para a manutenção do poder estatal, como no estabelecimento do consenso entre a burguesia agrária e a burguesia industrial.

Segundo Soares (2006), as charqueadas fronteiriças representaram um importante centro econômico, social e cultural – notadamente a Charqueada Santa Thereza - para o Estado do Rio Grande do Sul, nestes espaços foram incorporadas técnicas modernas de fabrico do charque, o estabelecimento da mão-de-obra assalariada, o estabelecimento da indústria de derivados, o controle do tempo dos trabalhadores, as questões da higiene e saúde animal, constituindo assim, um “*amplo complexo urbano e industrial*” durante todo o período da Primeira República. Segundo Soares (2006, p. 105-106):

¹² Em tempo, cabe salientar que a Charqueada Santa Thereza de Bagé foi estabelecida no ano de 1897 no município de Bagé, tendo como seu proprietário o Visconde Ribeiro de Magalhães e que na visão de muitos historiadores incorporou ideias liberais na produção do Charque, bem como, na manutenção da ordem social sobre seus empregados e no progresso econômico de sua produção fabril. Sobre a Charqueada Santa Thereza, consultar as obras de: BOUCINHAS, Cláudio A. *A História das Charqueadas de Bagé (1891 – 1940) na Literatura*. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 1993; FAGUNDES, Elizabeth Macedo. *Vila de Santa Thereza*. [S. l.: S. N], 1999. SOARES, Fernanda Codevilla. *Santa Thereza: Um Estudo sobre as Charqueadas da Fronteira Brasil-Uruguaí*. Dissertação de Mestrado em Integração Latino Americana, UFSM, 2006.

As novas charqueadas gaúchas transitaram do espaço pelotense, ou litorâneo, para o espaço da campanha, ou da fronteira, localizadas aonde o gado era criado e utilizando-se de uma série de vantagens que o comércio de trânsito e o contrabando permitiu. [...] Os charqueadores fronteiriços não sobreviviam apenas do charque em si. Do boi era aproveitado a língua, os ossos, o pelo, o rabo, etc. Além das indústrias de derivados, possuíam olarias, serralherias e outras fábricas que poderiam funcionar no período da entressafra, tornando produtiva a vida dos operários. [...] Seu proprietário, o português Antônio Nunes de Ribeiro de Magalhães, adicionou luxo e requinte na vida rústica da fronteira. [...] O charque gaúcho manteve-se como o principal produto exportado no Rio Grande do Sul durante a República Velha, competindo com os produtos coloniais e com os frigoríficos que se instalaram no Estado a partir de 1917.

Não temos como propósito apontar as características econômicas do Ciclo Charqueador no Rio Grande do Sul no período estudado, mas sim esboçar algumas características econômicas presentes na história econômica rio-grandense na Primeira República. Muitos autores já discutiram esta temática, tais como, Corsetti (1983), Pesavento (1980, 1988) que apontaram as perspectivas sobre o declínio das charqueadas, especialmente sobre as causas que levaram a desarticulação das charqueadas escravistas no Rio Grande do Sul.

Porém, nosso objetivo é apontar que a indústria pecuária localizada na Campanha gaúcha teve no período da República Velha um status econômico extremamente relevante nas relações do mercado interno, como também no enriquecimento da cidade de Bagé.

A incorporação da produção saladeiril em fins do século XIX produziu uma mudança estrutural fundamental na construção de uma sociedade economicamente abastada na região da campanha, haja vista, que o ciclo charqueador da Zona Sul do Estado entrava paulatinamente em franca decadência pelas mudanças ocorridas com o fim da escravidão e pela concorrência com o charque platino. Sobre isto, Tambara (1985, p. 25) comenta:

Estes estabelecimentos, normalmente baseados na mão-de-obra escrava, encontravam muitas dificuldades no seu desenvolvimento, visto que suas características particulares serviam como entrave ao perfeito desenvolvimento de sua estrutura de produção. Entre estes entraves, destaca-se a concorrência exercida pelas charqueadas uruguaias e argentinas, que, sendo montadas num modo de produção mais capitalista, possuíam maior competitividade no mercado. Pelo aviltamento do preço do charque, a produção gaúcha favorecia a competitividade das mercadorias produzidas em outros centros. [...] Como se vê, a indústria do charque estava vinculada ao sistema econômico da Federação de uma forma subalterna e constituiu-se num sistema produtivo no qual as diretrizes econômico-políticas possuíam um caráter exógeno.

Neste sentido, é preciso compreender que a dinâmica que se estruturou nas charqueadas fronteiriças, notadamente na cidade de Bagé, mudou consideravelmente o caráter essencialmente tradicional da empresa saladeiril gaúcha. Sobre estas mudanças, Soares (2006, 54-56) faz a seguinte consideração:

Nesse contexto espacial torna-se necessário destacar o papel de Bagé no cenário charqueador gaúcho de fins do século XIX, tendo em vista a importância deste município para a atividade charqueadora gaúcha [...] O tronco ferroviário que ligou Rio Grande – Bagé em 1884 é [...] um elemento indispensável na nova dinâmica econômica que as fronteiras adquirem e na interiorização das charqueadas, vale lembrar que sem os trilhos seria impossível a instalação das charqueadas no interior do Estado. Nessa época, Bagé absorve rebanhos da fronteira e do planalto que se destinavam, anteriormente, para Pelotas ou para Montevidéu. Em Bagé, como nos demais municípios da fronteira, as charqueadas acompanharam e promoveram a modernização que a região passou na segunda metade do século XIX. [...] as preocupações com melhoria da saúde, higiene e raças dos animais utilizados para fabricação do charque são representadas nas ações e medidas adotadas pelos charqueadores fronteiriços.

De certo, o surgimento das charqueadas associado aos melhoramentos urbanos e estruturais ocorridos no município de Bagé entre os anos de 1890 até a década de 1930, ocasionaram o que podemos chamar de “*apogeu econômico*” da cidade, estes acontecimentos são também descritos por pesquisadores bageenses. Sobre as mudanças que ocorreram neste período, o historiador Claudio Lemieszek (1997, p.35-36), traz os seguintes comentários:

Indiscutivelmente, Bagé gozava de uma condição invejável no Estado. Nas estatísticas relativas às arrecadações das receitas municipais realizada em 1908, Bagé ostentava um belo quarto lugar. Para que se tenha idéia do que era Bagé, no ano que consideramos o ponto de partida de sua arrancada para o desenvolvimento, basta dizer que em 1895 sua população beirava os trinta mil habitantes, sendo servida por duas casas bancárias, sete lojas de fazenda, quatro ferragens, um bazar de louça, seis joalherias, cinquenta e nove armazéns de secos e molhados, nove hotéis, seis farmácias, cento e três oficinas de pequenas indústrias, oito escolas públicas e quatro particulares, duas charqueadas, três curtumes, uma fábrica de sabão, duas de cerveja, uma de água mineral, afora fábricas de massas, velas e outras utilidades, bem como dois moinho. No plano urbanístico, paisagístico e principalmente na capacidade gerar projetos prevendo a solução de problemas futuros ao acelerado desenvolvimento, [...] De fato, já possuíamos no final do século passado (século XIX) um dos mais aperfeiçoados códigos de posturas municipais, com grande ênfase para o saneamento básico e saúde pública. As praças, passeios públicos e ruas despertavam a atenção de todos pela beleza e amplitude.

Logo, é possível perceber que o município de Bagé construía seu “projeto civilizador” mantido pelo desenvolvimento da indústria charqueadora e do comércio que se agregou a esta produção.

Portanto, é preciso entender que a charqueada era o principal mercado para o criador pecuarista que queria vender seu gado. As charqueadas bageenses geravam os maiores números de empregos na região de Bagé entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, constituindo-se no entorno do estabelecimento da charqueada, uma gama de empregos diretos e indiretos. A arrecadação de impostos para o município, isto é, as receitas ordinárias provenientes das atividades saladeiris figuravam entre os quatro principais rendimentos da Intendência¹³, entre os anos de 1903 até 1940.

Associado a produção charqueadora existente na cidade de Bagé, ocorreu uma diversificação em diversos setores da economia, tais como, no setor financeiro, com a fundação de bancos e sucursais; no setor dos transportes, com a estrada de ferro que servia como um roteiro geográfico para a localização do espaço das charqueadas; no setor cultural, implicou na fundação de teatros, no centro da cidade, da apresentação das primeiras sessões de cinema em Bagé; no surgimento de escolas para os filhos dos trabalhadores; na assistência social para os empregados de algumas charqueadas; especialmente na charqueada Santa Thereza.

Segundo os estudos realizados por Taborda (1955), Boucinhas (1993), Lemieszek (1997) e Soares (2006), a produção saladeiril desencadeou uma série de mudanças estruturais extremamente importantes na configuração urbana, econômica, política e sócio-cultural da cidade de Bagé, tornando-a uma das principais cidades do Estado entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Sobre a fundação das primeiras charqueadas no município de Bagé e as características advindas com esta produção, recorreremos a Pimentel (1940, p. 119-120 e 130):

Em 21 de fevereiro de 1897, foi festivamente inaugurada a importante *Xarqueada Santa Thereza*, à margem direita do Quebraxinho, a cinquenta quilômetros da cidade. [...] A xarqueada S. Tereza propriamente dita, representa um capital de 500:000\$000 rs. e tem ao seu serviço, durante a safra, 200 trabalhadores. [...]. Em agosto de 1902, foi inaugurada a *Xarqueada S. Domingos*, situada um pouco além do passo real do Piraisinho. O seu capital inicial, foi superior a 250 contos, e empregou 250 homens na sua primeira safra. A *Xarqueada San Martim*, localizada à margem esquerda do Piraisinho, foi inaugurada em novembro de 1902. O seu capital inicial elevou-se a mais de 150 contos. Na primeira safra, trabalharam mais de 150 homens. Em março de 1903, foi inaugurada a *Xarqueada S. Antonio*, sita à margem direita do Rio Negro, [...] um capital de 100 contos, com um

¹³ Estas considerações foram feitas com base na leitura dos quadros existentes nos Relatórios de Orçamento da Intendência Municipal de Bagé, catalogados durante o processo empírico da pesquisa e encontrados no Arquivo Público da cidade de Bagé.

peçoal ao seu serviço de 160 homens. [...] Sendo Bagé um município eminentemente pastoril, 70% de sua indústria é saladeiril. É bastante salientarmos que Bagé, no quadro da matança para o Xarque, no Rio Grande do Sul, ocupa o 2º lugar.

Observa-se que a economia do charque, foi de extrema importância na vida cotidiana da cidade, quer seja, nos aspectos econômicos, nos aspectos sociais e culturais, mas também, nos aspectos políticos, como podemos observar na transcrição da carta¹⁴¹⁵ do Visconde Ribeiro de Magalhães encaminhada a Borges de Medeiros, então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista os acontecimentos ocorridos na Revolução de 1923:

Santa Thereza, 20 de março de 1924.
Exmº. Snr. DR. A. A. Borges de Medeiros
M.D. Presidente do Estado

Porto Alegre

Queira V. Exma aceitar meus saudaes.
Meu escopo indo a presença de V. Exa. por intermedio desta, é solicitar o apoio efficiente de V. Exa. Junto á Comissão Arbitral, que vem de ser organizada, de conformidade com o convenio de Pedras Altas.
Não tenho títulos que me acreditem junto de V. Exa. e me dêem margem a impetrar a sua obsequidade; todavia a captivane atenção que v. Exa. Já tem dispensado a minha pessoa, me anima a confiar que meu pedido será bem acolhido-maximé sendo como é a reintegração de um direito lesado. Como é de conhecimento geral, e plenamente ficou constatado pelo Snr. Capitão José Antonio de Medeiros, Delegado Militar Federal nesta circumscripção, e por uma justificação perante a Justiça Federal, em que entre outros foram ouvidos o Coronel Marim Silveira, Intendente do Municipio, Deputado Mangabeira, e o chefe revolucionário Estacio Azambuja – minhas estâncias foram muito danificadas quer em seu tapumes, quer em suas existencias, sendo carneadas pelos belligerantes, que nellas tiveram quase que ininterruptamente acampados – para mais de 1600 reves vaccuns e duas mil e tantas ovelhas. O Governo Federal tomou a si, pelo convenio de Pedras Altas, a indemnisação dos prejuízos, e para iniciar sua actuação nomeou a Comissão Arbitral a que se compromettera. Infere-se disso que administrativamente, em face da prova que for produzida, indemnizará os damnos verificados. Minha situação se agravará sobremaneira e será irreparavel se o Governo não resarcir os prejuízos e damnos, causados pela revolução às minhas fazendas. Trabalho ha cerca de 70 annos no Rio Grande do Sul, onde adquiri bens, procurando, todavia na Constancia de meu labor, contrair para o bem collectivo, máxime do município de Bagé berço de meus filhos, officina de minha actividade, onde tambem um dia em alguns palmos de terra serao recolhidos meus restos. Estou velho-o espírito combalido pelas vicissitudes e cheio de amarguras pelas incertezas do dia de amanhã. Quero

¹⁴ As cartas utilizadas na construção deste trabalho pertencem ao Inventário do Arquivo de Borges de Medeiros do IHGRGS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul), sendo adquiridas pelo pesquisador através de cópias digitalizadas.

¹⁵ Fizemos a opção da transcrição da totalidade da carta, visto que ela possui muitos argumentos que fortalecem a tese da importância da produção saladeiril na cidade de Bagé, bem como, justificam as implicações que esta economia possuía na cidade, como também no Estado do Rio Grande do Sul, desde o final do século XIX até meados do século XX.

contudo derimir minha situação para que Ella não se reflecta nos meus filhos nublando-lhes o futuro. D'ahi a resolução que tomei agora de invocar o auxilio decisivo do valimento de V. Exa. junto á Commissão Arbitral, no seio da qual tem relevo o representante de V. Exma. Examine a Commissão o processo que elucida o meu direito a justificação, a vistoria e o relatorio do Snr. Capitão Delegado Militar Deferal, e estas perfeitas e acabadas – e a justiça de minha reclamação ressaltará com limpidez. Permitta V. Exa. que confiante na discreta e decisiva intervenção de V. Exa. eu apresente meus antecipados agradecimentos subscrevendo-me com alto apreço.

De V. Exma.
Amigo Cro. e Obo.
Visconde Ribeiro de Magalhães.

As mensagens contidas nesta carta revelam questões interessantes sobre o panorama político estabelecido na década de 1920, em relação à política e a economia rio-grandense, trazidos à tona com a Revolução de 1923, porém nosso objetivo é tentar compreender a importância da economia saladeiril no município de Bagé. Apesar da crise inicial que se abaterá com o surgimento dos frigoríficos no Estado do Rio Grande do Sul, que segundo Tambara (1983, p.34) devia-se ao fato do: *despreparo das elites gaúchas em empreenderem um processo industrial mais efetivo, pois não investiam em indústrias que necessitavam de proteção alfandegária, uma vez que seus produtos deveriam ter livre transito para o exterior*, a produção charqueadora ainda possuía um caráter relevante na economia gaúcha.

A leitura paciente das informações contidas na carta do Visconde de Magalhães nos faz compreender que mesmo com a crise que se abatia na economia do charque no Estado do Rio Grande do Sul, os charqueadores, assim como os pecuaristas da região da campanha, representavam um ponto de apoio ao governo estadual nas relações de poder econômico e político, como afirmam Pesavento (1980) e Felix (1987).

Neste sentido, é preciso compreender que a economia saladeiril representava ainda um dos maiores orçamentos nas receitas estaduais, em relação à contribuição econômica das charqueadas e o número de estabelecimentos saladeiris no Estado, os dados obtidos do Relatório do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1920, p.133 e 144), revelam que:

Em 1918, a contribuição do xarque no valor global da nossa exportação foi de apenas 29.329:910\$000, contra 42.845:253\$8741 em 1917, em virtude das causas que aponte na mensagem do anno transacto. Em 1919, porém, a exportação do xarque subiu, novamente, até 47.130:119\$440, ultrapassando, como se viu, o próprio total de 1917, com uma diferença de 17.800:209\$430 sobre o de 1918. [...] Funcionam tambem, no Estado, actualmente, 28 xarqueadas: 05 em Pelotas, 01 em Itaquy, 06 em Bagé, 01 em Uruguaiana, 02 em Quarahy, 01 em São Borja, 01 em Caxias, 01 em Rosario, 01 em Camaquam, 01 em Santa Maria, 01 em Cachoeira, 01 em Jaguarão, 04 em São Gabriel, 01 em Julio de Castilhos e 01 em Livramento. Além do xarque, esses estabelecimentos preparam e exportam, em grande escala, couros, sebo, chifres e outros sub-productos.

Ainda no mesmo Relatório do ano de 1920 (p.138), encontramos alguns dados quantitativos, que revelam o número de abates provenientes das charqueadas e dos frigoríficos do Estado, entre o período de 1911 e 1920:

Tabela 01 – Número de abates nas Charqueadas e Frigoríficos

Localidades	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920
P. Alegre	18.386	5.371	6.815	2.478	10.000	10.964	11.258	2.826	8.821	---
R. Grande	6.807	2.236	1.815	868	465	2	3.781	13.685	61.983	62.969
Pelotas	140.785	43.832	118.781	83.926	77.936	79.145	108.046	88.495	63.418	62.194
Uruguaiana	27.240	47.904	48.709	39.734	23.935	19.785	26.615	16.636	1.532	2.912
Quarahy	75.053	95.481	56.391	32.308	27.438	24.008	26.612	22.675	8.674	12.977
Bagé	101.545	111.288	147.383	126.287	140.462	124.174	138.230	133.663	39.830	112.645
Livramento	150.739	162.421	121.383	63.600	66.842	62.362	68.619	60.432	55.378	41.234
Itaquy	82.631	78.803	60.923	50.027	19.344	4.161	24.290	24.546	20.400	15.170
Jaguarão	15.525	12.589	8.669	4.715	5.910	3.826	6.146	6.809	4.885	6.241
São Gabriel	37.448	39.751	41.083	3.039	47.747	46.315	33.345	29.345	31.000	30.939

Fonte: Acervo Digital - Hemeroteca Digital Brasileira.

Adaptação da tabela reproduzida no Relatório do Presidente da Província do Estado do Rio Grande do Sul (1920).

Através da análise da tabela reproduzida acima, é possível perceber que entre as 10 principais cidades produtoras de charque do Estado, entre os anos de 1911 e 1920, a produção saladeiril oriunda da cidade de Bagé figurava quase sempre em primeiro lugar, haja vista, o número de charqueadas que possuía e conseqüentemente pelo modo de sua fabricação, vinculando-a a um sistema mais competitivo e produtivo. Os saladeiros bageenses desde o início do século XX preocuparam-se com a genética das raças do gado de corte, com as questões higiênicas das charqueadas e com a qualidade de vida e a assistência dos trabalhadores nestas empresas. (Pimentel, 1940).

Sendo assim, a produção saladeiril presente na história econômica¹⁶ de Bagé, ocorrida entre os anos de 1890 e 1930, constituiu-se como imprescindível e como estrutura necessária para o desenvolvimento urbano e econômico da cidade, sendo assim, evidenciou a *opulência e na cultura*¹⁷ da produção charqueadora na região fronteiriça do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁶ Sobre história econômica no Estado do Rio Grande do Sul no período de 1889-1930, ver: DALMAZO, Renato. Evolução histórica e estrutural das relações de comércio do Rio Grande do Sul: século XIX a 1930. Porto Alegre: FEE, 1986. (Documentos GERPRO, n. 68)

¹⁷ O termo usado faz referência ao livro *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; Um estudo sobre a História de Pelotas*, do historiador e professor Mário Osório Magalhães, este estudo descreve o período de apogeu econômico da cidade de Pelotas como principal núcleo charqueador e escravista do Estado do Rio Grande do Sul. Não temos como pretensão esgotar as múltiplas leituras que ainda pode ser feitas sobre a produção saladeiril presentes na cidade de Bagé, mas sim, evidenciar que esta produção possibilitou um crescimento econômico notável entre os anos de 1890 e 1930 na cidade. Trabalhos futuros e novas hipóteses realizadas por pesquisas mais globais, podem revelar que os motivos que possibilitaram este crescimento econômico e esta mudança do eixo da produção saladeiril no Estado do Rio Grande do Sul, podem estar relacionados ao sistema de produção, entre eles: as relações de trabalhos, a experiência dos trabalhadores, aos ganhos salariais, a localização geográfica das charqueadas, as questões de salubridade e higiene, as vilas operárias e etc... .

Ademais, provocou uma mudança do eixo econômico do ciclo charqueador localizado na Princesa do Sul - Pelotas para a Rainha da Fronteira - Bagé.

Referencias

- BOUCINHAS, Cláudio A. **A História das Charqueadas de Bagé (1891 – 1940) na Literatura**. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 1993.
- CORSETTI, Berenice. **Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX**. Dissertação (Mestrado História). – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983.
- _____. **Controle e Ufanismo. A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1890-1930)**. Santa Maria: UFSM, 1998. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, 1998.
- DALMAZO, Renato Antonio. **As relações de comércio do Rio Grande do Sul — do século XIX a 1930**. Porto Alegre: FEE, 2004.
- DREHER, Martin N. **As religiões**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 2, Império.
- ESPIRITO SANTO, Miguel Frederico. **Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.1, Colônia.
- FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FERREIRA, Arthur Filho. **História Geral do Rio Grande do Sul: 1503-1974**. 4ª Ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1974.
- GUTFREIND, Ieda. **O Gaúcho e a sua cultura**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.1, Colônia.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEMIESZEK, Cláudio de Leão. Bagé: **Relatos de sua História**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- MERTZ, Marli...[et al.] **A Agricultura: a organização dos sistemas agrários**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3. República Velha (1889-1930). Tomo I.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- _____. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho no Rio Grande do Sul (1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- _____. **República Velha Gaúcha: estado autoritário e economia**. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- PICCOLO, Helga. **Vida política no século XIX**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.
- PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Bagé**. Porto Alegre: Typographia Gundlach, 1940.
- RAMOS, E. H. C. L.. **Cidades e sociabilidades (1822 - 1889)**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul – Império I*. 1 ed. Passo Fundo: Méritos Editora, 2006, v. 2.
- REICHEL, Heloísa Jochims. **Fronteiras do Espaço Platino**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.1.
- RIBEIRO, Darci. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SALIS, Eurico Jacinto. **História de Bagé: ama tua terra quem bem conhece**. Porto Alegre: Livraria do Globo S.A., 1955.
- SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2 ed. rev. e ampl. . Campinas: SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

SOARES, Fernanda Codevilla. **Santa Thereza: Um Estudo sobre as Charqueadas da Fronteira Brasil-Uruguaí**. Dissertação de Mestrado em Integração Latino Americana, UFSM, 2006.

SOUZA, Susana Blein de. **Identidade e nacionalismo no processo de integração da fronteira uruguaia no final do século XIX**. In: *Humanas. Globalização, Nacionalismo e Regionalização*. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, v. 18, n.12, jan.-dez. 1995.

TABORDA, Attila. **Bajé na História**. Bajé: Tipografia Cetuba, 1959.

TAMBARA, Elomar. **Modernização & Crise na Agricultura**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

TARGA, Luis Roberto Pecoits. **A política fiscalizadora do Partido Republicano Rio-Grandense (1889-1930)**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3, República Velha (1889-1930), v. 3, Tomo I.

WAYNE, Pedro. **Xarqueada**. Porto Alegre: IEL/Movimento, 1982.

ZARTH, Paulo Afonso. **A Estrutura Agrária**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 2, Império.